ATA Nº 04/2025

SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO

----------Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Arouca, sob a presidência do seu Presidente, senhor Pedro Miguel de Oliveira Rodrigues Vieira, com a presença do primeiro secretário, senhor Geraldo Tavares Campas e da senhora Maria da Conceição Duarte Castro Portugal, para preencher o lugar vago na mesa devido a falta da segunda secretária, e restantes membros, senhores Pedro Miguel Gomes de Sousa, Afonso Portugal Ferreira da Silva, Sérgio Manuel Brandão de Azevedo, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, Maria de Fátima Rodrigues da Fonseca, Jorge Fernando Silva e Sousa, Regina Maria de Sousa Ferreira Fontes, Óscar de Pinho Brandão, Rui Filipe Vilar Gomes, Pedro Miguel Ferreira da Silva Bastos, Fátima Cristina Conceição Oliveira Pinho, Artur Miguel Quaresma Pereira Miller, José Maria de Oliveira Ribeiro, Ana Rita de Pinho Azevedo e Luís Carlos Pinto Brandão de Almeida e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesias Chave, Escariz, Fermedo, Mansores, Moldes, S. Miguel do Mato, Tropeço, Várzea, União de Freguesias de Arouca e Burgo, Cabreiros e Albergaria da Serra, Canelas e Espiunca e Covêlo de Paivó e Janarde. ----------

----------Do executivo estiveram presentes, a senhora Presidente da Câmara Municipal de Arouca, Margarida Maria de Sousa Correia Belém e os vereadores senhores Cláudia Margarida Brandão de Oliveira, Albino Jorge Cardoso Gonçalves, António Carlos Gomes Duarte, Vítor Carlos Costa Carvalho, Célia Regina Brandão Alves e Maria Helena Pinto Rodrigues. ----------

----------O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, às catorze horas e quarenta e cinco minutos tendo cumprimentado todos os presentes. ----------

----------Em seguida foi elencada a ordem de trabalhos: ----------

----------1 – PERIODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICIPES ----------

----------2 – PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

----------2.1 – ATAS – APROVAÇÃO ----------

----------2.2 – CORRESPONDÊNCIA ----------

----------2.3 – DIVERSOS ----------

----------3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------

----------3.1 – INFORMAÇÃO DA Sr.ª PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO ----------

----------3.2 – REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE REGALIAS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS – ALTERAÇÃO ----------

---------- 3.3 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO E TAXAS URBANISTICAS – ALTERAÇÃO ----------

---------- 3.4 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À ACTIVIDADE DE PASTORICIA DE OVINOS E CAPRINOS EM REGIME DE PRODUÇÃO EXTENSIVA EM AROUCA ----------

---------- 3.5 – PARQUE DE NEGOCIOS DE ESCARIZ - DESAFETAÇÃO DE PARCELA DO DOMINIO PÚBLICO ---- ----------

---------- 3.6 – RADAR SOCIAL – APRESENTAÇÃO ----------

---------- **1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES: ----------**

---------- Interveio a senhora **Maria do Carmo Ferreira** que, depois de cumprimentar todos, iniciou a sua intervenção referindo os horários dos transportes escolares em Tropeço, considerando que são demasiado cedo para as crianças. De seguida, referiu a rotunda que se está a fazer no Vale Grande, dizendo que se um camião for no sentido São João - Ponte da Cela e vier um carro em sentido contrário, o camião para fazer a manobra terá que sair da sua mão. E questionou, se houver um acidente de quem é a culpa? De seguida fez referência aos caneiros e sargetas que existem perto do café Alvorada – Tropeço, que sempre que chove muito, a estrada parece um rio e que a água acaba por entrar nas casas, e que os caneiros têm que ser limpos. De seguida referiu que a Câmara Municipal não teve consideração nenhuma pelo povo de Tropeço, não fez obras nenhumas em 3 anos e 9 meses e que agora em 3 meses, as obras nascem como cogumelos, em época de eleições. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara,** esta referiu que é inquestionável que a Presidente e o executivo têm consideração por todos e trabalha para todos e que nem sempre se consegue fazer tudo ao mesmo tempo, da forma como as pessoas muitas vezes gostariam. De seguida referiu algumas obras na freguesia de Tropeço e eventuais inconformidades serão corrigidas. De seguida referiu que sobre os transportes escolares, no início do ano letivo há sempre muitas questões que necessitam de ser aperfeiçoadas. E que a responsabilidade é efetivamente da empresa metropolitana de transportes. Que alguns horários foram alterados e tal como acontece noutras situações, o município solicitou as devidas correções à empresa Xerbus, assim como em outros circuitos e que, portanto, aquilo que fizeram, junto da empresa metropolitana de transportes, foi pedir para repor a situação. ----------

---------- De seguida, interveio a senhora **Generosa Cruz** que, depois de cumprimentar todos, iniciou a sua intervenção agradecendo a colocação de um gradeamento na rua Fundo de Vila - Tropeço e já há anos que andava a batalhar para ser colocado, porque não havia segurança. De seguida referiu um assunto pessoal sobre um caminho que a Junta de Freguesia Tropeço fez e que faz partilha com um muro seu e que a Junta ao beneficiar o caminho, fez a escavação deixando a fundação do muro a descoberto, ficou acima da cota do caminho e que

assim está em risco de ruir. Referiu que fez este reparo à Junta de Freguesia, mas que o Presidente da Junta não vê solução nenhuma e que gostaria de saber de quem é a responsabilidade se o muro ruir. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta referiu que se o muro estava assim há tantos anos, e que foi um problema criado em mandatos anteriores há muitos anos, porque é que o assunto não foi apresentado antes? Referiu ainda que é competência da Junta de Freguesia, mas que estão focados em resolver os problemas das pessoas e que nem sempre se consegue resolver em tempo útil e da forma como as pessoas pretendem. ----------

----------De seguida, interveio a senhora **Cátia Paiva** que, depois de cumprimentar todos, iniciou a sua intervenção referindo que reside em Alvite de Baixo, freguesia de Escariz, e que os habitantes foram confrontados com uma licença para um pavilhão industrial no meio da zona habitacional, ou seja, no meio das suas casas. E que com isso querem saber se é possível, havendo uma zona industrial em Escariz, darem permissão para construir um pavilhão industrial no meio da zona habitacional? E que não faz qualquer sentido, até porque desvaloriza tudo aquilo que investiram, nas suas casas, deixa de haver sossego e que quer uma explicação como é possível dar permissão para a tal construção. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta referiu que o sr. Vereador tomou nota para perceber de que é que se trata, qual é a indústria e em que termos é que foi passada a licença e, portanto, isso irá ser averiguado e comunicado. ----------

----------De seguida, interveio a senhora **Mafalda Vale** que, depois de cumprimentar todos, iniciou a sua intervenção referindo que foi colocado um sinal de proibição de estacionar junto à sua propriedade, no lugar da Póvoa – Moldes e veio questionar quem o colocou. Referiu que foi colocado ainda no tempo do Presidente Artur Neves e que desde essa altura tem questionado a Câmara sobre quem o colocou. E que lhe foi dito que foi a Junta de Freguesia de Moldes e que foi colocado sem autorização da Câmara. E que quer saber porque não tiram o sinal. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta referiu que o sinal foi pedido pela Junta de freguesia de Moldes e a sua legalização foi votada na última reunião de Câmara por unanimidade e que, portanto, o sinal, que foi colocado pela Junta de Freguesia, está neste momento devidamente legalizado.----------

----------De seguida, interveio o membro da Assembleia Municipal senhor **Óscar Brandão** que, depois de cumprimentar todos, iniciou a sua intervenção referindo que a senhora Presidente da Câmara gosta de resolver os problemas no seu gabinete, sem os atores políticos. Saudou as pessoas que vêm aqui expor os seus problemas e expô-los para os atores políticos, autarcas do município e que nesse sentido, requereu à senhora Presidente que os esclarecimentos que forem dadas à munícipe de Escariz, sobre o pavilhão Industrial, também

sejam dados à bancada do PSD, porque acha que é justo e é correto, porque passou a ser um problema, não da senhora Presidente da Câmara, mas do município e dos autarcas do município. ----------

---------- **2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** ----------

---------- **2.1 – ATAS – APROVAÇÃO:** ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa pôs a ata número 2/2025 à votação, por braço no ar, tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa pôs a ata número 3/2025 à votação, por braço no ar, tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções. ----------

---------- **2.2 CORRESPONDÊNCIA:** ----------

---------- Como a correspondência foi enviada para todos, via email, este ponto da ordem de trabalhos foi cumprido. ---- ----------

---------- **2.3 DIVERSOS:** ----------

---------- Interveio o senhor **Óscar Brandão**, cumprimentando todos os presentes e, de seguida, começou por referir o balanço da senhora Presidente da Câmara do mandato que está a terminar, que acha que foi desastroso, que foi um falhanço político, um falhanço estratégico e um falhanço para com todos os arouquenses e que prejudica gerações. De seguida referiu a antiga escola de Provesende e o chamado Pavilhão Verde, atualmente colocada à disposição do Centro Cultural e Desportivo de Provesende e que esse edifício, que é propriedade da Câmara Municipal, tem cerca de 50 anos, foi construído em madeira e coberto por fibrocimento, com amianto, e que apresenta um estado de degradação que é inaceitável. Continuou referindo que a cobertura apresenta sinais evidentes de abatimento, infiltrações constantes nas casas de banho, paredes com fissuras, apresenta um risco real de colapso, colocando em perigo idosos, crianças, todos os que ainda recentemente frequentavam aquele espaço, e que ao longo dos últimos anos foram várias as tentativas para a resolução do problema e que ainda em 2021 a própria Presidente da Câmara reconheceu a necessidade de obras profundas. Foi entregue um abaixo-assinado da Junta de Freguesia de Rossas e das coletividades e os apoios municipais foram recusados ou simplesmente ignorados. Referiu ainda, que hoje o edifício está fechado, os idosos, as crianças e as coletividades perderam um local essencial para as atividades e a Câmara Municipal, que é legítima proprietária, continua a remeter responsabilidades para as coletividades e não se pode ignorar os riscos para a segurança das pessoas e também não se pode permitir que a Câmara trate com ligeireza um problema que ela própria reconheceu como grave. E exige, em nome da oposição, que a Câmara Municipal intervenha e que a senhora Presidente dê os esclarecimentos necessários, porque está em causa a saúde e a segurança da população. -- ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta referiu que em Provesende tem uma escola antiga onde tem uma associação e tem um espaço anexo e uma grande área exterior. E estão a falar não da escola, mas do espaço anexo e que há cerca de um mês os serviços da manutenção foram ao local para verificar as condições do edifício. Continuou referindo que o edifício não comporta qualquer intervenção, porque se comportasse qualquer intervenção, esta seria feita e que terá que ser construído um edifício novo, que terá que ser planeado, como foi planeado as outras intervenções coletivas em Cabreiros, por exemplo, que estão a planear para Noninha, para Covelo de Paivó e, portanto, planear e ver qual é a melhor solução, em função também da dinâmica que está instalada. ----------

----------Interveio o senhor **José Maria Ribeiro**, cumprimentando todos os presentes e, de seguida, começou por referir que no passado dia 23 de Julho foi publicado no portal Base um contrato de dois anos com um advogado, num total de 88560,00 EUR e que esse processo foi feito convidando um determinado número de advogados, a lei diz que tem que convidar no mínimo 3 pessoas, mas não diz o máximo e que acha estranho ter sido convidado apenas um de Arouca, que é membro ativo do Partido Socialista, que foi Presidente desta Assembleia Municipal como membro do Partido Socialista e que não tenha sido convidado mais nenhum advogado do Concelho de Arouca. De seguida referiu que no dia 11 de setembro fez uma solicitação do processo do PRR para a requalificação da Escola Básica e Secundária de Escariz e que passados 13 dias ainda não recebeu nada. Quer saber porque é que o processo do PRR foi recusado. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta referiu que, sobre o concurso do advogado, foi feita uma consulta prévia, em termos de contratação pública e que em termos de consulta prévia não têm que justificar a escolha, têm é que aplicar a lei. E que estão a cumprir escrupulosamente aquilo que a legislação e as regras da contratação pública exigem e que, portanto, estão perante uma consulta prévia e a consulta prévia exige no mínimo 3 e que foi isso que fizeram. Continuou referindo que não tem que estar a justificar as escolhas e que um dos princípios que regula a relação e que esteve inerente a esta contratação é a confiança e que, portanto, os advogados foram escolhidos em função também da sua experiência em termos de direito administrativo. Os advogados escolhidos têm histórico e têm prática de direito administrativo e este processo decorreu com toda a transparência, cumprindo todas as regras e os princípios da contratação pública. ----------

----------Interveio novamente o senhor **José Maria Ribeiro** que referiu que acha que este processo politicamente e eticamente é condenável, porque é contratado alguém que aparece em fotografias nas decisões do Partido Socialista. ----------

----------Interveio a senhora **Fátima Pinho**, cumprimentando todos os presentes e, de seguida, começou por mencionar o parque de campismo do Merujal e sobre a falta de obras, apesar de todos os alertas que foram dados nesta Assembleia ao longo deste mandato. E que se verifica que mais um Verão passado, mais um

mandato terminado e mais 3 anos de alertas depois, o parque de campismo continua fechado ao público, verificando-se o mesmo estado de degradação já alertado. Referiu que a Câmara Municipal lançou concurso público, e que considerando que também nos últimos concursos públicos, os mesmos ficaram desertos e, portanto, que isso é um problema e sabendo mesmo que o prazo de execução que foi concedido no concurso que foi lançado são 12 meses, pediu que esclarecesse que no caso de se verificar a adjudicação, qual será o prazo apontado pelo executivo para a retoma do funcionamento do parque de campismo? E se a senhora Presidente pode garantir que aquilo que se encontra estabelecido nas peças do procedimento, que lançou há cerca de 2 dias, se realmente todos os trabalhos previstos no processo serão capazes de resolver na íntegra os problemas de que aquele parque de campismo padece. Questionou, também, em que estado é que o concessionário se encontra os dias de hoje? Se está a liquidar algum tipo de renda? ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta referiu que o parque de campismo tem estado encerrado e que este foi o terceiro concurso público lançado para fazer a intervenção no parque de campismo do Merujal, porque os 2 anteriores ficaram desertos. Continuou referindo que os serviços da câmara fizeram uma revisão aos preços e aos mapas de medições para lançar o novo procedimento e o concurso está a decorrer e que espera que efetivamente alguém concorra. Sobre o contrato de concessão que está ativo referiu que o concessionário não está a pagar as rendas, que fez um pedido de indemnização e que está com o Serviços Jurídicos para análise. ----------

---------- Interveio o senhor **Pedro Bastos**, cumprimentando todos os presentes e, de seguida, começou a intervenção sobre o tema das florestas. Relembrou algumas intervenções suas sobre este tema em assembleias municipais anteriores e referiu que não basta gastar, é preciso estratégia, calendário, execução e que a política municipal para a floresta é insuficiente, dispersa e sem resultados à altura do risco que enfrentamos. Que a evolução da despesa de 2019 a 2024 foi de 50000 EUR para cerca de 130000 EUR anuais e que o problema não é só o dinheiro, é falta de estratégia. Que é preciso um plano plurianual com prioridades, cartografado com indicadores, que se programe por épocas, inverno, primavera, abrir caminhos, limpar valetas, criar pontos de ancoragem para época, faixas concluídas e zonas industriais seguras. E que fogo tático só seja usado em casos excecionais quando a maquinaria não chega. Mesmo os Passadiços do Paiva mostram falhas. Existe contrato de manutenção, mas a limpeza de faixas, os 10m do lado contrário ao rio e a limpeza do passadiço até ao leito do rio não é feita com rigor, se fosse, teríamos melhores condições de segurança e zonas tampão de proteção. De seguida elencou alguns pontos simples e calendarizados para decisão política. De seguida referiu a situação da praça de táxis em Arouca, que os taxistas de Arouca pediram a construção de um abrigo na atual praça, solução que não foi aceite pelo município e que em alternativa, a senhora Presidente apresentou duas novas localizações, Avenida 25 de Abril e Avenida das Escolas e os taxistas, de forma unânime, escolheram a opção Avenida 25 de

Abril. O problema é que desde essa decisão nada aconteceu, não houve mais informação, nem mudança e o resultado foi passarem mais um verão expostos ao sol e ao calor extremo. De seguida questionou por que razão a decisão não foi respeitada? Quando será dada uma solução concreta e em que prazo? Os taxistas merecem respeito e condições de trabalho condignas. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta agradeceu as sugestões que fez no plano estratégico e as linhas estratégicas que elencou e com certeza que fará algum sentido integrar. De seguida referiu que isto não é uma tarefa fácil, que vão continuar a ter sempre problemas com a floresta e que voltar aos tempos antigos é difícil, mas que tem que olhar com uma abordagem distinta e que, aliás, tem sido isso que nas reuniões com os membros do Governo se colocou a necessidade de se olhar para o território, financiar estes municípios que tenham uma responsabilidade acrescida no cuidar e no proteger a floresta, as pessoas e os bens, porque é um território descentralizado com muitas aldeias em que precisamos de proteger. Mas se não tivéssemos uma proteção civil que agisse com prontidão, com eficácia, com eficiência e com elevado sentido de cooperação, o resultado seria bem pior. De seguida referiu a importância do Condomínio da aldeia e a criação das faixas de contenção à volta dessas aldeias, seja com a agricultura, com floresta autóctone e com animais, criando uma vegetação que proteja as pessoas e as aldeias em situação de incêndio. De seguida referiu os caminhos florestais que foram alargados e limpos e que desde 2023 têm sido muitos os quilómetros de caminhos e de faixas que são limpos. Referiu que o município tem duas equipas de intervenção permanente nos bombeiros, que cofinancia e está disponível para a comparticipação de uma terceira equipa. Quanto à praça de táxi referiu que fizeram uma auscultação e que no âmbito da regeneração urbana foi identificado aquele local. Continuou referindo que foram reforçadas as zonas de sombra e que, portanto, o que lá está hoje não é a realidade que tinham no início do mandato. Mas que aceita que os taxistas queiram e persistam em vir para a avenida, mas que isso tem outras implicações. ----------

----------Interveio novamente o senhor **Pedro Bastos** que referiu que relativamente aos incêndios, todos sabemos que é uma tarefa difícil, mas que o problema é que se anda há muitos anos a ouvi falar em projetos e todos os anos se vê a arder e cada vez é mais difícil chegar a um incêndio e não conseguir entrar com uma viatura para tentar chegar à cabeça do fogo ou tentar chegar a um flanco do fogo para combater. Sobre a limpeza de caminhos referiu que durante este mandato chamou a atenção várias vezes que aquilo que vinha na informação da senhora Presidente era muito redutor e que não quer chegar a 2026 e tudo se repita. Relativamente à praça de táxis referiu que efetivamente o local não tem condições, nem para quem está a trabalhar e muito menos para os utilizadores daquele transporte público. E que não são os taxistas que querem ir para a avenida 25 de Abril, mas a senhora Presidente é que lhes mandou uma proposta com duas alternativas para eles escolherem. -------

---------- Interveio o senhor José Albino Oliveira, **Presidente da Junta de freguesia de Escariz**, cumprimentando todos os presentes, e de seguida apresentou algumas questões, começando sobre um ofício que enviou à Câmara Municipal, em setembro de 2022, da necessidade de reposição de 43 sinais de trânsito rodoviário e que apesar das diversas insistências e comunicações adicionais até à presente data, não recebeu qualquer informação, solicitando por isso o ponto de situação sobre este assunto. De seguida referiu que em outubro de 2020 procedeu à identificação dos proprietários dos terrenos onde se prevê a implantação das estações elevatórias, fundamentais para a concretização do projeto de drenagem de águas residuais, que abrange os lugares de Nabais, Caçus, Alagoas, Gestosa, Abelheira e Viso e questiona sobre o ponto de situação deste projeto e quando se prevê a sua execução. De seguida referiu que sobre a requalificação da estrada nacional 326, troço Abelheira-Cabeçais, gostaria de saber qual é o ponto de situação relativamente ao projeto de requalificação da estrada nacional 326, no troço entre Abelheira, freguesia de Escariz e Cabeçais, freguesia de Fermedo, projeto esse que visa criar condições adequadas de mobilidade pedonal, promovendo a segurança dos cidadãos. De seguida referiu que através de ofício, em junho 2018, solicitou a colocação de bocas de incêndio em lugares da freguesia, nomeadamente Juntas, Vila Chã, Lameira Branca e Coval Quente que no grande incêndio de 2017 ficaram isolados pelas chamas e com a falta de energia elétrica ficaram sem condições de recorrer às explorações particulares de água, ficando à mercê da sua sorte. Referiu ainda que reiterou esse pedido no Conselho Municipal de Segurança, realizado a 24/03/2025 e que gostaria de saber se houve algum desenvolvimento ou se está prevista alguma intervenção nesse sentido. De seguida questionou se o município apresentou candidaturas no âmbito do PRR para ampliação da Escola Básica e Secundária de Escariz, bem como da Unidade de Saúde da freguesia, estruturas fundamentais para responder às atuais necessidades da população, ou seja, com 1/3 da população de Arouca. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta referiu que sobre os sinais, o senhor Vereador tomou a devida nota e que depois responderão, porque algum pedido pode estar em duplicado. Referiu que não há razão para que os sinais que sejam fundamentais e sejam estruturantes, não estarem colocados e que, portanto, estranha que essa situação não tenha sido colocada. Quanto ao saneamento referiu que o município afetou cerca de 3.000.000 euros no âmbito das verbas que estavam previstas no quadro investimento prioritário da Área Metropolitana e que, portanto, há uma fatia que vai ser intervencionada no Viso, através do protocolo com a Águas do Norte. Recordou que as intervenções são feitas pela Águas do Norte e não pelo município de Arouca. Quanto à questão da EN326 referiu que o senhor Presidente da Junta sabe qual é o ponto da situação, porque têm falado disto com muita frequência e, portanto, sabe que o município tem o projeto feito, mas que não obteve a aprovação da Estradas de Portugal, do IP. Referiu ainda que uma das condições do IP era que o município assumisse para si esta estrada e que o que o município propôs foi fazer o projeto e fazer a obra,

mas que não querem ficar com a estrada. Quanto à questão das bocas de incêndio referiu que quer o máximo de segurança, que tem que analisar e que nem sempre é possível colocar as bocas de incêndio em todo o sítio. Mas que irá analisar o reforço de bocas de incêndio, que tem que ser depois analisado também com os bombeiros voluntários. Quanto às candidaturas do PRR referiu que os projetos que estão em curso e dos projetos que o município tem candidatado, não têm nenhuma candidatura do PRR para Escariz. ----------

----------Interveio o senhor **Luís Almeida**, cumprimentando todos os presentes e, de seguida, mencionou a questão do pavilhão industrial na zona habitacional em Escariz, referindo a situação levantada pela cidadã de Escariz e que esse assunto tem que ser esclarecido. Questionou se a razão para ser autorizada a licença de construção deste novo pavilhão é a existência do pavilhão que está lá ao lado? E que este novo pavilhão industrial não deve ser construído nesse local. As condições para a locação de novas indústrias têm que ser edificadas nos terrenos preparados para o efeito, até porque as zonas industriais foram criadas para isso, para evitar situações negativas e questões ambientais prejudiciais. De seguida referiu o orçamento participativo questionando que não se vê obras vencedoras das votações. Que ninguém sabe o que é que se passa e que é uma grande confusão, que mais parece uma brincadeira virtual que foi proposta pela Câmara. E questionou todo o custo do funcionamento do orçamento participativo. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta referiu que sobre a questão do pavilhão já tinha respondido. Sobre o orçamento participativo referiu que é um projeto que leva muito a sério e que têm tido alguma dificuldade na execução de alguns dos projetos e que têm levado mais tempo em termos de execução. Alguns projetos têm muitas especificidades técnicas e que muitas vezes vão para além daquilo que é o valor que está definido como teto máximo e que obriga a fazer reformulações dos projetos. ----------

----------Interveio o senhor **Artur Miller**, cumprimentando todos os presentes e, de seguida expôs a poluição dos rios, em particular do Marialva, do Arda e do Paiva, que são parte integrante da identidade do concelho, sustentam a nossa biodiversidade, a nossa economia agrícola e florestal e são também um dos motores do turismo que tanto promovemos. E de seguida recordou que há 4 anos, em plena campanha eleitoral, no debate realizado na loja de turismo, a senhora Presidente da Câmara fez gala da sua política ambiental e garantiu que um dos problemas da poluição do Rio Paiva estava identificado e que com a entrada em funcionamento da ETAR de Castro Daire, o rio ganharia outra vida, mas que 4 anos volvidos a realidade contrasta de forma gritante com essas promessas, o que se constata que o problema não foi resolvido. E questionou se 4 anos depois já não é tempo de reconhecer que as ETAR não estão a funcionar dentro dos parâmetros exigidos por lei e da capacidade necessária para o número de habitantes e utilizadores? Cabe ao município ter um papel ativo na fiscalização, na exigência perante as entidades competentes e na garantia que os equipamentos municipais, como as ETAR, não são parte do problema, mas sim parte da solução a cada verão. Continuou referindo que a imagem de poluição

do Rio Paiva, outrora um símbolo de pureza das nossas águas e da atração turística das nossas serras, agora é um cartão de visita negativo para quem nos visita e que mais grave do que isso é que compromete a saúde pública, põe em risco atividades económicas e destrói o património natural que é de todos. E que por isso exige, agora, ação concreta ao município, que se investigue com rigor a origem da poluição, que se reforcem as medidas de monitorização e fiscalização e que se assegure a transparência na comunicação dos resultados, à Assembleia Municipal e à população. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta referiu que vivemos num território de montanha e é natural que possam ocorrer eventuais focos de poluição no Rio Paiva. Referiu ainda que este executivo não acordou agora só para esta preocupação, porque têm falado muitas vezes deste problema ás entidades responsáveis e fazem análises com regularidade. Foram pedidas reuniões à senhora Ministra do Ambiente, ao senhor Secretário de Estado do Ambiente, foi aprovado em Assembleia da República um plano para a recuperação do Rio Paiva e foi também falado a questão de recuperação de vários quilómetros de rios. Todos os problemas que digam respeito ao território estão sempre em cima da mesa. E que este é o papel do município, de sensibilizar, de reclamar nas entidades para que façam o seu papel. Referiu ainda que sempre que há alguma inconformidade, os serviços remetem para as entidades responsáveis, neste caso a APA e o SEPNA, que são as entidades que habitualmente vêm ao terreno fazer as verificações e que, portanto, agora em setembro, o rio tem uma coloração escura que, segundo a análise prévia que foi feita, que tem a ver com o baixo caudal e o aumento da temperatura da água e que, portanto, são fenómenos que têm a ver com as alterações climáticas. Referiu ainda que o município de Arouca em termos ambientais aumentou o investimento desde 2011 em 270%. ---------

---------- Interveio o senhor **Afonso Portugal**, cumprimentando todos os presentes e, de seguida referiu que sobre a floresta acha que é altura de se começar a falar e a investir nos drones. No que diz respeito a limpezas, referiu que são valores completamente incomportáveis, aquilo em que antes gastavam 200€, agora gastam 600€, o preço triplicou, com a desvantagem de que as pessoas limpam hoje e daqui a 4 meses está exatamente igual. De seguida referiu o parque de campismo do Merujal, dos milhares de euros que já se gastaram, desde então até agora e acha que é altura de uma vez por todas de refletirmos, analisarmos o que é que se passa para ver se justifica a manutenção do parque de campismo. É preciso ver os prós e os contras e ver se se justifica o gasto de tamanha quantia que poderá ser eventualmente utilizada em outros trabalhos. ----------

---------- Interveio o senhor **Rui Vilar**, cumprimentando todos os presentes e, de seguida fez um balanço do mandato referindo que continuam a falhar nas refeições escolares, continuando as várias queixas. A construção do pavilhão desportivo, porque centenas de jovens atletas continuam a não ter pavilhão desportivo. O auditório municipal continua no papel passado 8 anos. O preço da água continua com a quarta tarifa mais alta do país. Perdemos cerca de 1000 jovens numa década e nada é feito. De seguida referiu que a bancada do PSD

apresentou várias ideias, nomeadamente para atração de empresas que podem conseguir fixar os nossos jovens e a construção de dezenas de fogos para suprir as necessidades para arrendamento jovem e para outras pessoas. Referiu ainda que o Rio Paiva se agrava e nada foi feito e as estradas municipais continuam completamente degradadas. - ----------

----------Interveio o senhor **Pedro Sousa**, cumprimentando todos os presentes e, de seguida referiu o assunto da escolha do advogado pela Câmara Municipal e que a senhora Presidente consultou 3 e podia ter consultado 17 advogados que o PSD estaria aqui a perguntar porque é que foram 17 e que mais parece uma tentativa de enlamear o nome de um distinto advogado arouquense. De seguida destacou o contributo de todos que estiveram na Assembleia Municipal durante estes 4 anos e a coragem de estarem aqui num tempo em que dizer que faz parte do partido A ou B parece que mete uma marca qualquer na pessoa e não podemos aceitar isso. Os municípios são governados por partidos ou por movimentos de cidadãos e é na política que se faz a avaliação da atividade e, portanto, a todos os que dão o corpo às balas, seja em que cargo for. De seguida elogiou a reabertura do espaço da segurança social em Arouca, nas suas instalações renovadas, uma obra que foi feita sem grande interrupção dos serviços. Elogiou, também, a eleição do Doutor Artur Sá, que se tornou o primeiro português a liderar a rede Global de Geoparques da UNESCO, que envolve 50 países e mais de 200 Geoparques, resultado de todo o seu percurso como professor da universidade de trás os Montes e Alto Douro e do seu trabalho de investigação. De seguida referiu que ao fim destes 4 anos de mandato tem a certeza que temos um executivo que continua a olhar para o território com ambição, nunca demonstrou complexos por não estar no litoral e procura melhorar diariamente o dia a dia das pessoas que cá vivem ou que cá vêm e que Arouca continua a afirmar a sua credibilidade perante o país. Referiu ainda a cultura, o desporto, a saúde, o mercado empresarial e os cuidados com os idosos, com vários projetos que são dedicados. ----------

----------Interveio a senhora **Fátima Fonseca**, cumprimentando todos os presentes e, de seguida fez referência aos transportes escolares que continuam na mesma, os meninos continuam a vir às 7 da manhã, chegam 45 minutos antes das aulas iniciarem e andam por aí, parecem abandonados e que, neste momento, a empresa só se preocupa com os lucros e que se deve fazer algo para travar isso. Continuou referindo que as crianças saem muito cedo de casa e chegam a casa às 19h e questiona que tempo tem os nossos alunos para estudar? De seguida fez referência aos incêndios, referindo que não são só os eucaliptais que ardem com facilidade, que tudo arde e que futuramente não devemos pensar só na floresta, devemos pensar prioritariamente nas habitações e continuou referindo que no incêndio em Espiunca não havia falta de meios, havia muitos bombeiros na zona, mas sim muita falta de organização. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta referiu que percebe a angústia da Fátima Fonseca, porque a zona onde reside foi uma das zonas mais fustigadas. Referiu ainda que se o serviço municipal

de proteção civil não estivesse tão bem organizado, as coisas teriam sido piores e aquilo que refere tem a ver com comando das operações da proteção civil a nível nacional. ----------

---------- Interveio o senhor **Presidente da junta de freguesia de Chave**, José Luís Fevereiro, cumprimentando todos os presentes e, de seguida lamentou que as pessoas só em determinada altura do mandato, mais para o fim do mandato é que apresentam mais queixas e mais pedidos, porque sentem que são mais ouvidas, mas que não é bem assim e deixou um desafio às pessoas para que compareçam nas assembleias. De seguida referiu que, relativamente às florestas, a Câmara deveria ter uma outra abordagem, que em vez de ter máquinas de rastos contratadas, acha que era melhor usar o equipamento próprio, porque teria outra capacidade de trabalho e com mais proximidade com os Presidentes de Junta. Relativamente aos rios referiu que a construção da zona pedonal junto ao Rio, foi um grande investimento que Arouca fez, mas que também ajuda na fiscalização permanente das pessoas. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, esta referiu que sobre as máquinas de rasto, a Câmara tem uma máquina que é utilizada sempre que é necessário e que na altura dos incêndios esteve sempre disponível e ativa e que, efetivamente, procederam ao aluguer de prestação de serviços com mais uma máquina de rasto. Sobre os investimentos feitos junto às linhas de água referiu que os Passadiços do Paiva já fizeram mais pelo Rio Paiva do que qualquer outra entidade, porque despertou para os problemas existentes e para a necessidade de se resolver, bem como a Ecovia. ----------

---------- Interveio o senhor **José Maria Ribeiro**, que referiu que o senhor Pedro Sousa fala relativamente ao turismo e da posição do PSD relativamente ao turismo e que nunca em tempo algum o PSD disse que era contra o turismo, apenas disse é que tinha outra forma de ver o turismo. E sobre a contratação do advogado referiu que não falou da contratação em si, porque legalmente parece que esteja tudo bem, mas sim da forma especiosa com que as coisas são tratadas nesta Câmara. ----------

---------- **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA** ----------

---------- **3.1 INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:** ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação das várias atividades explanadas no documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

---------- Interveio, sobre este ponto, o senhor **Artur Miller**, que referiu que se trata de um documento longo, repleto de informação técnica e listagens de obras e arranjos, mas que, na sua opinião, continua a carecer de uma verdadeira visão estratégica para o futuro do Concelho. E justifica, que é uma crítica legítima, de quem tem uma visão e um projeto alternativo, em que agora chega ao fim um mandato de quatro anos. De seguida destacou

problemas que permanecem sem resposta como é a ausência da fibra ótica em vários lugares do concelho e que é incompreensível que em pleno 2025, as populações destes lugares continuem sem fibra ótica e que se fala em coesão territorial, igualdade de oportunidades digitais, mas estes cidadãos permanecem excluídos e questionou, qual é o calendário concreto ou se pensa ter um calendário concreto, para a resolução deste problema? Porque é preciso apresentar datas e compromissos públicos. De seguida referiu os buracos nas estradas e a sinistralidade rodoviária, porque temos estradas nacionais e municipais com buracos abertos pelas Águas do Norte e por empreiteiros que permanecem meses ou anos sem reparação. E deixar estradas neste estado não é apenas incúria administrativa, é contribuir para o aumento da sinistralidade rodoviária e perguntou, qual o prazo máximo que a câmara impõe para reposição de pavimentos? Quantas cauções foram executadas nos últimos 2 anos contra entidades incumpridoras? De seguida referiu-se ao Bairro Digital e a exclusão digital, porque celebram a distribuição de tablets a comerciantes, mas, de facto, como é conciliar esta aposta num Bairro Digital, com a realidade de freguesias, que nem sequer têm fibra. Estes problemas de conectividade continuam a persistir em zonas do concelho e, como sabem, estes problemas promovem mais desigualdade. São soluções pensadas muitas vezes para o centro da vila, mas desligadas da realidade das periferias. De seguida referiu a poluição dos rios e o turismo, referindo-se aos acessos e a falta de dispersão do turismo para o resto do território. Mencionou que continuamos a ter um turismo concentrado sem um plano de ordenamento sustentável e ainda por cima com a nossa floresta condenada ao abandono e que fica difícil de acreditar que nem um ano passou desde o último incêndio naquela estrutura e que, após a sua reparação, após mais um terrível fogo, se tenha novamente que reparar e sempre com receio que volte a acontecer. E que na verdade é que quatro anos depois, continuamos sem um verdadeiro plano municipal de defesa da floresta eficaz, um plano que permita definitivamente acabar com este flagelo e que neste ponto deveriam ter dado mais ouvidos aos alertas e sugestões que quer munícipes, quer entidades, quer os autarcas, foram deixando já em 2021. De seguida referiu a habitação, mencionando a Quinta do Serrado, que a senhora Presidente acabou de enunciar a habitação a custos controlados na Quinta do Cerrado como grandes conquistas, mas que a verdade é que este processo se arrasta há anos. A habitação é condição essencial para fixar população, sobretudo jovens, mas que o que vemos são concursos sucessivos e execução lenta. E questionou onde está a estratégia integrada de habitação acessível para todo o Concelho? De seguida alertou para a necessidade de resolver os estrangulamentos de várias vias no concelho, referindo que repetiu este assunto várias vezes e, também, a urgência da requalificação da estrada nacional 224, Rossas-Chão D´Ave–Carregosa. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que, sobre a coesão territorial e igualdade de oportunidades digitais, muito têm feito e que é extremamente importante e fundamental garantir a coesão territorial e que a igualdade de oportunidades é para todos, no acesso universal aos serviços digitais de qualidade.

Recordou que em 2022, com a ajuda dos senhores Presidentes de Junta, fizeram o levantamento daquilo que eram as necessidades de cobertura e identificaram as zonas brancas e que o município foi dos poucos que participou ativamente no levantamento e depois na discussão pública. Referiu ainda que tem falado insistentemente com os membros do Governo e com a ANACOM, solicitando sempre o ponto da situação e que há 3 semanas houve uma decisão final do concurso Internacional para cobertura de fibra ótica de alta velocidade nas zonas brancas. Houve um atraso no processo da assinatura do contrato, que era suposto já ter sido assinado, porque houve uma providência cautelar de uma das empresas e, portanto, efetivamente, Arouca está identificada como área prioritária e que vai ter, no máximo nos próximos 3 anos, cobertura cem por cento, segundo a informação que lhe foi dada. Quanto aos buracos nas estradas referiu que lhe custa ver áreas que foram intervencionadas há pouco tempo e que estão remendadas e que é a primeira que liga para os vereadores e liga para as entidades, porque é inadmissível que as intervenções não sejam feitas tão breve quanto possível. Referiu ainda que o regulamento que foi aprovado nesta Assembleia e que obriga a que estas entidades que fazem intervenções sem comunicar aos municípios tenham multas. Sobre os Bairros Digitais referiu que o facto de não termos ainda em funcionamento, não quer dizer que não se valorize aquilo que está a ser feito e os Bairros Digitais é um projeto poderoso e importantíssimo para a valorização do nosso comércio e para garantir que o nosso comércio deixe de ter fronteiras e trabalhe na dinamização de eventos, dos seus produtos e que está em plataformas ligadas a todo o mundo. De seguida referiu a estratégia para minimizar os impactos dos incêndios dos Passadiços do Paiva. Recordou que Arouca é um território de montanha, de floresta e que, portanto, vai sempre acontecer o que tem acontecido e que, portanto, aquilo que se tem a fazer é garantir que as medidas que vão adotar sejam eficazes e que são muitas as variáveis que não se consegue controlar e que, portanto, tem que acompanhar muito de perto e ir reforçando estas melhorias, que são necessárias implementar para proteger os Geossítios, o nosso património e as nossas aldeias e que por isso é que uma das melhores proteções é aprendermos todos a valorizar aqueles que cuidam da paisagem, aprendermos a valorizar o trabalho dos nossos agricultores, dos nossos produtores de leite, dos nossos produtores da raça arouquesa e dos criadores de gado, caprino e ovino. Quanto ao Plano Municipal da Defesa da Floresta referiu que este vai ser substituído e tem que obedecer ao plano sub-regional da defesa da floresta contra incêndio da área metropolitana. Sobre a habitação, referiu que as pessoas não sabem o tempo que demora fazer um loteamento. E que se neste momento estão a vender em hasta pública, os 26 lotes da Quinta do Cerrado e estão a requalificar e a transformar para 10 apartamentos os 2 edifícios, que também são 2 lotes na Quinta do Serrado, tendo tido que desenvolver um estudo prévio, projeto de arquitetura, estudos da especialidade e depois aprovar o loteamento. Estão a trabalhar nisto afincadamente desde 2019. E que é verdade que há intervenções que são mais rápidas naquilo que é o património do município, que foi a intervenção na escola de Vila Nova, na escola de Noninha, que rapidamente foram

intervencionadas e foram disponibilizados os lotes, bem como de Santa Maria do Monte, que está em construção e que, portanto, é importante perceber que não está esquecido e que estas questões levam o seu tempo e elas são pensadas e que são devidamente estruturadas, têm que cumprir com a legislação em vigor e tem que cumprir com todas as regras da contratação pública.----------

----------Interveio, sobre este ponto, a senhora **Fátima Pinho**, que questionou, sobre o regulamento das intervenções na via pública, quantas cauções é que foram executadas ao longo deste último mandato? Quantas cauções foram executadas no âmbito desta questão dos buracos? Quantas vezes é que o município acionou esse mecanismo que tem ao seu dispor? De seguida referiu que o Orçamento Participativo, efetivamente, é um problema. Os projetos deveriam ter sido colocados a votação pública no início deste mês e estamos no final de setembro e não sabemos quando é que será colocado. Para além de já levar este atraso, ainda nenhuma informação foi prestada aos munícipes e, sobretudo, aos participantes. É uma falha grave e que retira credibilidade ao processo e que acaba por também desmobilizar os cidadãos no que toca à votação e a sua participação e fragiliza a confiança da população neste tipo de processos e questionou quais foram as razões que levaram e que justificam o incumprimento do regulamento? Quando é que estas propostas avançarão para votação? De seguida referiu o parque de estacionamento, situado em frente à escola secundária, que se encontra em condições deploráveis e que, portanto, constitui não apenas um problema estético, mas, e sobretudo, um problema de desorganização, porque coloca também em causa a segurança de quem o utiliza diariamente. O piso está totalmente desregulado, os passeios apresentam árvores mal-enquadradas com raízes levantadas que, consequentemente levantam os paralelos e criam também obstáculos perigosos. Não existem guias que delimitem devidamente os espaços e o resultado é o estacionamento genérico caótico, sem regras. E também a insegurança para quem ali passa, pois trata-se efetivamente de uma zona de enorme afluência, diariamente utilizada por alunos e encarregados de educação e, portanto, é inaceitável e pede atenção. E que é inaceitável que passados tantos anos e já feitas algumas intervenções naquele mesmo local, a Câmara não tenha ainda feito uma intervenção de fundo, que é justificada pela importância daquele espaço. É urgente esta Câmara apresentar um plano concreto de intervenção que desenvolve este parque de estacionamento em condições dignas de utilização de segurança e, sobretudo, de ordenamento. De seguida referiu o assunto do Gabinete de Inserção Profissional, reconhecendo a importância do gabinete e que há cerca de um ano e meio, os números que este gabinete tem vindo a apresentar são um pouco preocupantes. Há um grande número de atendimentos e que este último reporte dos últimos meses fixa em 177 atendimentos, 8 entidades empregadoras e que depois há pouco encaminhamento para formação, no caso apenas 9 e ainda um problema maior, que é o encaminhamento para emprego e, mais ainda, a efetiva colocação. E que, portanto, parece que há aqui algum fenómeno a decorrer que não conseguimos de todo entender. E questionou, o que é que se está a passar para esses números efetivamente

serem tão elevados e depois o encaminhamento para formação e, sobretudo, a colocação em emprego não corresponde à sua plenitude. De seguida referiu que há cerca de mais de 1 ano e meio já tinha vindo a solicitar a inclusão neste documento do número de visitantes nas infraestruturas turísticas, sobretudo em período homólogo. ---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** referiu que, relativamente ao orçamento participativo não se iria alongar mais e que não consegue neste momento dizer concretamente quando é que vai ser colocada à votação e este processo não está nas mãos da Presidente, mas de um júri que faz a avaliação e pelos técnicos responsáveis. Referiu que estas questões às vezes são mais complexas e tem que se garantir que os projetos têm e podem prosseguir e que não ficam inviabilizados. De seguida esclareceu que a consignação de empreitada de introdução de modos suaves é entre o parque do Ribeiro do Gondim e o Palácio da Justiça e que, portanto, a intervenção vai decorrer em 3 lotes: Avenida Vasco da Gama, primeiro lote; entre a Avenida Descobrimentos e a rua Dão João I, segundo lote, e rua Arnaldo Lhamas e a rua Doutor Gil da Costa, lote 3. A área que refere que é o estacionamento ao lado da Escola Básica de Arouca e por trás da escola secundária de Arouca que também está incluído. Quanto ao Gabinete de Inserção Profissional referiu que são muitos os atendimentos que o Gabinete faz e que está em articulação com o centro de emprego e em permanência e que, portanto, as ofertas de emprego são muitas. Os candidatos também não são assim tantos e que têm praticamente pleno emprego. As pessoas são reencaminhadas para ofertas de emprego e quando há uma oferta de emprego, são obrigados a aceitar e não aceitando, portanto, perdem o direito ao fundo de desemprego. ---------- Interveio o senhor **Presidente da União de Freguesias de Arouca e Burgo**, Vítor Arouca, que cumprimentou todos e de seguida referiu, que mais uma vez foram iniciadas empreitadas na União de Freguesias a que preside, sem que houvesse mais uma vez o cuidado de enviar à Junta de Freguesia qualquer projeto dessas empreitadas e que é a terceira vez que o refere na assembleia municipal. De seguida referiu a mobilidade interna no nosso município, que continua a ser um dos maiores desafios diários enfrentados pelos arouquenses e que as opções tomadas nas últimas décadas têm revelado falhas graves na gestão e planeamento dos transportes. Continuou referindo que no início da década de 2000, as fábricas foram transferidas para as zonas industriais e, como se sabe, ficam distantes do centro de camionagem, não tendo sido criada nenhuma carreira de autocarros que sirva os trabalhadores fabris. Temos uma zona industrial que está neste momento a ser expandida, que é a zona industrial de São Domingos, sem paragens adequadas, sem qualquer plano de integração na rede de transportes. Passaram-se mais de 20 anos e o executivo nunca foi capaz de encontrar uma solução. O resultado é que centenas de trabalhadores que até então utilizavam os transportes públicos foram forçados a utilizar o transporte próprio, com consequências sociais, económicas e ambientais que todos conhecemos. Essa falha é uma falha política e é a demonstração de que o executivo ainda não colocou a mobilidade dos arouquenses como prioridade. Durante todo este tempo, não se conseguiu criar uma única linha regular que sirva a zona industrial e

responder às necessidades básicas da população. Hoje a mobilidade interna no nosso Concelho é um retrato da inércia e horário reduzidos, carreiras desajustadas e a ausência de ligação a polos de emprego. É no fundo a perpetuação de um modelo que empurra as pessoas para o transporte individual, isolando ainda mais quem não tem carro e que é tempo de criar esse transporte, de criar um plano de mobilidade integrado com carreiras regulares para as zonas industriais, como já referido pela oposição neste executivo. De seguida referiu um caso dos problemas de mobilidade do Concelho, que tem a ver com a falta de transporte escolar. Referiu que uma menina, de apenas 13 anos, e o seu vizinho, residentes no lugar de Povos, da União de freguesias de Arouca-Burgo veem-se, há 3 anos, privados do transporte escolar que, no seu entender, têm direito. Os serviços da Câmara referem que, apesar da sua residência estar a mais de 3 km do estabelecimento de ensino, a paragem de autocarro mais próxima se encontra a menos de 3 km da residência, neste caso a 2,3 km e que a lei não permite esse apoio ao transporte. Continuou a referir que o município insiste em aplicar a linha b) do número 2 do artigo 4 da lei 299/84, que refere de facto os 3 km até ao ponto de paragem do autocarro, mas essa lei foi revogada e substituída pelo decreto Lei 21/2019, onde a alínea a) do número 1 do artigo 20 é absolutamente clara, que refere que a gratuidade do transporte aplica-se a todos os alunos da educação pré-escolar, do ensino básico e ensino secundário, quando residam a mais de 3 km do estabelecimento de ensino e não refere qualquer distância face à paragem do autocarro como fator de inclusão ou exclusão. A interpretação correta da lei neste caso não é uma questão técnica, é uma questão de justiça, porque o que está aqui em causa são crianças com o seu direito constitucional à educação, em condições de igualdade. Este município, no seu entender, está a falhar nesse dever e pior ainda, está a fazê-lo há 3 anos sem corrigir o erro. Que se verifique se de facto a menina e o seu vizinho tem direito ao transporte escolar gratuito e todas as crianças em situação idêntica. A mobilidade não é um luxo, é um direito básico que influencia o acesso ao emprego, à educação, à saúde, à cultura. Cada atraso ou cada decisão errada tem consequências reais, concluiu. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que, relativamente à primeira questão, tem havido sempre uma comunicação estreita com todos os presidentes de junta e se questionar e solicitar qualquer projeto, com certeza que terá acesso ao mesmo. E referiu que quando se fez a obra em frente à sede da Junta de Freguesia, foi o município que fez o projeto e que foi concertado com o senhor Presidente da Junta e, portanto, teve acesso a toda a informação. Quanto à questão da mobilidade interna referiu que há os transportes da carreira pública e os circuitos especiais. E que naquilo que são os circuitos especiais, está tudo a correr bem. Naquilo que é o transporte público, os municípios foram obrigados a assumir esta competência e este processo foi muito doloroso e muito difícil no seio da área metropolitana. São os municípios que estão a comparticipar os défices da operação, daquilo que é serviço público. E não é um processo fácil naquilo que é o transporte escolar. O município faz o possível e impossível para criar uma boa rede de transportes e obrigar as transportadoras a

corrigir aquilo que são as inconformidades registadas e que são várias, referiu. Referiu ainda que não somos um espaço urbano, não somos uma cidade e temos que olhar para as especificidades do território e perceber que outro tipo de mobilidade é que podemos criar aqui. E que estão a fazê-lo para os seniores. E nesta questão para as zonas industriais, que é pertinente, tem que se encontrar uma solução, eventualmente com os empresários e com a AECA e, portanto, tem que ser estudada. E que pode ser feito paralelamente àquilo que é o contrato com a UNIR. E sobre o transporte das crianças de Povos, referiu que é a lei e é aquilo que é a informação jurídica, --

---------- **3.2 – REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE REGALIAS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS – ALTERAÇÃO: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação do documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

---------- Interveio o senhor **Luís Almeida** que referiu que em grande parte do Concelho o apoio é prestado pelos bombeiros de Fajões e de Nespereira e questionou se esses bombeiros têm alguma ajuda, porque não são residentes no município? Referiu ainda que em termos de outras ajudas, os bombeiros de Arouca têm sido ajudados com viaturas, com toda a ajuda possível e os bombeiros de Fajões e Nespereira não tem tido essa ajuda. Referiu ainda que agora devido à variante, eles têm que dar o apoio de socorro, porque tem havido acidentes graves e mortes. Prestam socorro desde São Miguel do Mato, Fermedo, Escariz, Mansores e parte da zona industrial do Rossio. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que a corporação de bombeiros que cobre todo o território são os bombeiros voluntários de Arouca e depois temos os bombeiros voluntários de Fajões e bombeiros voluntários de Nespereira que estão sempre presentes em todas as ações de cooperação e de colaboração. Referiu ainda que o município de Arouca apoia os bombeiros voluntários de Arouca, mas que se reparar nos documentos que são aprovados todos os anos do orçamento, grandes opções de plano e relatórios de atividade, verifica que há uma rubrica própria para apoio financeiro aos bombeiros voluntários de Fajões e aos bombeiros voluntários de Nespereira. ----------

---------- Interveio novamente o senhor **Luís Almeida** que referiu que o que está em causa é o socorro à população e que é isso que o preocupa, porque qualquer um de nós pode ser apanhado num acidente nesta estrada que nos liga a Santa Maria da Feira ou que seja outra situação qualquer e podem não ter as viaturas disponíveis, porque estão noutra situação ou podem não ter as viaturas suficientes e que é para isso que está a alertar. ------- ----------

---------- Interveio o senhor **Pedro Bastos** que referiu que vai pedir escusa na votação por ser parte interessada, mas que no entanto gostaria de referir que um dos aspetos que tocou na discussão pública, prende-

se com a situação do IMI, porque acha que não é correta a forma como está descrito ou aquilo que permite, porque se um bombeiro tiver tido a infelicidade de um dos pais ter falecido e que tenha uma décima parte de uma casita qualquer, não deixa de ter a sua habitação e acho que perante outros fica prejudicado, porque efetivamente ele não tem essa casa, porque a casa não é dele. Ele tem efetivamente uma parte da herança dessa casa e fica sem poder concorrer a esse apoio do IMI. Referiu ainda que sobre a questão que o Luís Almeida levantou que muitas vezes se passa também o contrário, os bombeiros de Arouca também são acionados para fora do Concelho, quando assim se justifica e quando o 112 nas chamadas que faz para acionar meios, normalmente procura sempre a corporação mais próxima, porque o que está aqui em causa é o socorro mais rápido da vítima, independentemente de ser socorrido pelos bombeiros de Arouca ou pelos bombeiros de Fajões. ----------

----------Interveio o senhor **José Maria Ribeiro** que referiu que para a senhora Presidente está tudo bem, que são projetos e mais projetos e que a culpa nunca é da Senhora Presidente, nem do executivo ou é dos técnicos ou é das empresas com as quais tem a contratação. Em relação a este ponto referiu que a bancada do PSD irá votar favoravelmente neste regulamento, porque pior que um mau regulamento é não haver regulamento nenhum, mas que não pode deixar de referir que a importância é tão grande com os bombeiros, que já haja uma apresentação de um regulamento. Que passou um mandato e que estamos na última Assembleia deste mandato a aprová-lo. Referiu ainda que como já tinha dito na Assembleia de 28 de abril, isto demonstra efetivamente o respeito que a Senhora Presidente tem para com os bombeiros. De seguida pediu à Mesa para incluir a sua intervenção da reunião de 28 de abril nesta ata, que aqui vai ser transcrita: "Interveio o senhor José Maria Ribeiro, que referiu que numa das últimas reuniões do executivo foi à votação a proposta de alteração do Regulamento de Concessão de Regalias Sociais aos Bombeiros Voluntários de Arouca, quanto a isto, salientou que esta proposta já tinha sido apresentada pelo PSD e restantes partidos da coligação há quatro anos, demonstrando, assim, a importância que é atribuída pelo executivo aos membros da corporação dos bombeiros, uma inação completa por necessitarem de quatro anos para essa alteração, e que, ao fazê-lo agora é apenas uma mera ação eleitoralista. Quanto ao Regulamento em concreto, referiu que existem apenas pequenos avanços, como o aumento da comparticipação para a aquisição da habitação e a criação de um subsídio anual baseados nos anos de serviço, onde ficam de fora várias propostas feitas pela oposição, e deu o exemplo: não foram incluídos os bombeiros do quadro de honra, não foram ajustados os horários de utilização das instalações dos complexos desportivos de Escariz e Arouca, bem como a participação gratuita nas diversas atividades existentes nos mesmos, nas atividades desportivas e culturais a gratuitidade limita-se às promovidas pelo município, não contempla a isenção de IUC, não inclui a isenção de refeições escolares para os filhos, e não inclui a isenção de IMI a 100%. Conclui, assim, que estas mudanças não são suficientes." ----------

---------- Interveio o senhor **Sérgio Azevedo** que referiu que conforme o senhor Pedro Bastos, também vai estar fora desta votação por ser parte interessada. ----------

---------- Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesias de Escariz**, José Albino Oliveira, que referiu que apenas quer alertar que este regulamento comete uma injustiça, porque há muitos munícipes arouquenses que são bombeiros voluntários de outras corporações, nomeadamente nos bombeiros voluntários Fajões e na corporação de Vale de Cambra e crê que este regulamento deveria ser mais abrangente e abranger esses munícipes que prestam o serviço noutras corporações. E deveriam incluí-los neste regulamento. Referiu ainda que caso não seja possível incluir esta proposta, irá abster-se. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** referiu que, este é o documento que a Câmara Municipal está a apresentar à Assembleia Municipal para aprovação e, portanto, aprova ou não aprova ou baixa para estudo. ----------

---------- Interveio, sobre este ponto, o senhor **Óscar Brandão** que referiu que não vê qualquer inconveniente que seja remetido de novo à Câmara Municipal, mas não houve uma proposta concreta, uma sugestão. Tem o enquadramento que tem, portanto, é uma proposta de uma determinada natureza e não há aqui uma proposta formal para descer à Câmara. ----------

---------- Interveio, sobre este ponto, o senhor **Afonso Portugal** que referiu que a proposta que foi colocada terá de ser analisada em conjunto com as outras corporações, porque pode haver sobreposição de direitos. Referiu ainda que estamos aqui a estabelecer uma coisa e será que Oliveira de Azeméis também fizeram a mesma coisa? E se há munícipes de Arouca em outras corporações vizinhas, também terão de ser beneficiados, se lá não receberem este benefício e claro é uma falha lá. Referiu ainda que terá que haver uma conjugação com todas as corporações de bombeiros. ----------

---------- Interveio o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Chave**, José Luís Fevereiro, que referiu que aquilo que pode ser feito, é votar esse regulamento e se for aprovado, ficar uma recomendação da parte da Assembleia para que seja analisado a situação, para que seja alterado novamente, caso contrário vai viabilizar o benefício por parte dos bombeiros. Referiu ainda que o IMI é pago no concelho de residência. ----------

---------- Interveio novamente o senhor **José Maria Ribeiro** referindo que concorda que este regulamento não deve baixar para estudo, tem de ser hoje aprovado ou não. Referiu ainda que esta questão já deveria estar resolvida há muito tempo e tem que haver uma consulta dos outros municípios, porque pode existir valências que se dupliquem. ----------

---------- Não havendo mais intervenções foi posto à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 4 abstenções. ----------

----------**3.3 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO E TAXAS URBANISTICAS – ALTERAÇÃO:** ----------

----------O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação do documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

----------Interveio o senhor **Pedro Bastos** que referiu que este regulamento é altamente técnico. Questionou que medidas concretas vai a Câmara adotar para que os cidadãos e pequenos promotores o compreendam, por exemplo, através de um guia simplificado ou de uma versão digital interativa? Perguntou, também, porque é que em matéria ambiental, a única inovação é o índice de impermeabilização do solo? Não deveriam no regulamento incluir também incentivos à eficiência energética, construção sustentável e uso de energias renováveis? Os critérios de interesse Público ou interesse relevante são vagos e subjetivos. Que garantias da Câmara de que não haverá arbitrariedade, na atribuição destas reduções de taxas? Está a Câmara disponível para publicar anualmente um relatório com o número de pedidos, as isenções concedidas e as receitas cobradas para que esta Assembleia e os cidadãos possam avaliar o impacto real do regulamento? De seguida apresentou um caso muito específico que tem a ver com o artigo 8, que faz referência para a passagem de 6 para 10 frações. ----------

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara**, referiu que o documento é muito técnico e o que procurou foi efetivamente resolver aqui o problema também das cedências obrigatórias para habitação pública e que tem a ver com o Simplex. O urbanismo é efetivamente complexo e, portanto, a informação dos técnicos e também jurídicos é que legitimam o município a ir mais além e aprovar outros valores superiores àqueles que foram aprovados e, portanto, esta é a proposta, independentemente do que foi discutida. Continuou referindo que é importantíssimo a aprovação deste documento e já não é a primeira vez que este regulamento é alterado e ele pode sê-lo feito a todo o tempo. Relativamente à outra questão que falou que tem a ver com as isenções das taxas, referiu que há a necessidade da criação de um fundo municipal para a sustentabilidade ambiental e urbanística e que, portanto, mais-valias irão ser canalizadas para esse fundo. Referiu ainda que é uma alteração justa e equilibrada, que está melhorada em relação àquilo que são as definições do que são operações urbanísticas e faz um ajuste àquilo que é a atualidade e, portanto, é esta a proposta que está para aprovação e nada impede que haja uma nova atualização. ----------

----------Interveio novamente o senhor **Pedro Bastos** que referiu que reconhece efetivamente uma melhoria significativa da proposta inicial e que é preferível termos este instrumento do que não termos nenhum, mas que só deixou as questões que levantou para que se possa debruçar sobre elas e avaliar se não será justo uma possível alteração assim que oportuno. ----------

---------- Não havendo mais intervenções foi posto à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com 1 abstenção. ----------

---------- O senhor **Luís Almeida** fez uma declaração de voto, referindo que este ponto é de um processo muito complexo e a senhora Presidente da Câmara tem acesso a informação que ele não tem, porque tem os técnicos e sendo assim não pode votar favoravelmente uma proposta destas. E que em relação às taxas, acha que estamos sempre a cobrar taxas e mais taxas. ----------

---------- **3.4 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À ACTIVIDADE DE PASTORICIA DE OVINOS E CAPRINOS EM REGIME DE PRODUÇÃO EXTENSIVA EM AROUCA: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação do documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

---------- Interveio o senhor **Óscar Brandão** que referiu que vão votar favoravelmente este regulamento, mas que considera que os valores propostos são de facto insuficientes face aos custos reais de produção, alimentação ou sanidade animal e veterinária. E o próprio apoio previsto para as queijarias, que julga que é irrisório. E que é um anúncio com pompa e circunstância que está a ser feito e que vai ser feito, mas o apoio é muito parco. Referiu ainda que o regulamento se fixa sem um foco estratégico e que podemos mesmo referir que este setor vai ter uma pequena esmola atribuída. Para seu entendimento, este é um setor que devia ser fortemente apoiado, o setor agropecuário e tal como o florestal trata-se meramente de uma medida simbólica, limitado. Foi participativo em teoria, mas muito pobre na prática. E, de facto, um financiamento insuficiente. E acha que é politicamente útil somente para o executivo se autopromover e pouco transformador para um setor importante e também para a própria vida dos produtores. ----------

---------- Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara,** referiu que este é o primeiro regulamento e que pode ser melhorado, pode ser alterado e que, portanto, até será importantíssimo se este regulamento puder vir a fazer a diferença na vida da nossa paisagem e do nosso território e se houver necessidade de reforçar, com certeza que será feita uma revisão. ----------

---------- Interveio o senhor **Pedro Bastos** que saudou o esforço da Câmara Municipal em acolher contributos no processo de consulta pública deste regulamento de apoio à pastorícia e que é um sinal de abertura democrática e de respeito pelo setor. Mas é pena que não tenha sido feito ao longo destes 4 anos e que tenha sido apenas neste final de mandato. É inegável que o documento que hoje discutimos é melhor do que aquele que esteve inicialmente em consulta pública, houve avanços importantes como a inclusão de apoio para pequenos produtores, mesmo aqueles com menos de 10 animais, evitando a exclusão de famílias que, apesar de pequena escala, desempenha um papel vital na preservação da paisagem e da tradição. A majoração de 50% para jovens

pastores, medida fundamental para o rejuvenescimento do setor e para fixar população no território e o reforço da articulação com outros projetos municipais. Referiu ainda que importa também dizer com clareza que o regulamento ainda fica aquém das necessidades reais da atividade, porque o valor de 8,00€ por animal continua manifestamente insuficiente face aos custos de produção. Este apoio sem atualização, arrisca-se a ser mais simbólico do que eficaz e o pagamento único na feira das colheitas não responde à sazonalidade da atividade. Defende que no futuro se deva estudar a possibilidade de pagamentos faseados de modo a aliviar os produtores em momentos críticos do ano. A valorização das raças autóctones e das produções certificadas, elementos que distinguem o nosso território deveriam merecer maior atenção porque acrescenta valor económico e reforça a identidade de Arouca. Considera que este regulamento é um passo positivo e necessário e prefere que os produtores tenham já este enquadramento de apoio, ainda que imperfeito. Concluiu referindo que o seu voto será favorável, acompanhado destas exigências claras, que a Câmara Municipal assuma o compromisso de avaliar a aplicação do regulamento e, se necessário, promover a sua revisão num futuro próximo, de forma a torná-lo mais justo, mais robusto e mais eficaz no apoio à pastorícia extensiva, que é tão estratégica para o nosso Concelho. -

----------Dada a palavra à senhora **Presidente da Câmara** referiu que concorda com aquilo que referiu e assume o compromisso que vão melhorar efetivamente o regulamento. ----------

----------Não havendo mais intervenções, foi posto à votação, por braço no ar, tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção. ----------

----------3.5 – PARQUE DE NEGOCIOS DE ESCARIZ - DESAFETAÇÃO DE PARCELA DO DOMINIO PÚBLICO: --- ----------

----------O senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que fez uma breve apresentação do documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

----------Não havendo intervenções foi colocada à votação, por braço no ar, tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções. ----------

----------3.6 – RADAR SOCIAL – APRESENTAÇÃO: ----------

----------Este ponto foi retirado da ordem dos trabalhos. ----------

----------Por ser a última sessão da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Assembleia deixou à consideração de todos para que cada bancada se manifestasse, com algumas palavras de reconhecimento e apreço pelo final do mandato.----------

----------Intervieram, além do senhor Presidente da Assembleia Municipal, os senhores Óscar Brandão, Pedro Sousa, Pedro Bastos, Presidente da União de freguesias de Canelas e Espiunca, Presidente da Junta de freguesia de Mansores e a senhora Presidente da Câmara Municipal. ----------

---------- **APROVAÇÃO DA MINUTA: ----------**

---------- A Assembleia Municipal deliberou, após leitura e votação de braço no ar, aprovar por unanimidade, a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 19 horas e 50 minutos. ----------

---------- Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Geraldo Campas, que a redigi e a subscrevo. ----------